

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. IV ENCONTRO DE NUMISMATAS. -DAS CONTROVERSAS LETRAS INSERTAS NO CAMPO DAS MOEDAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS.

GONÇALVES, Raul Ferreira

Ano: 1983 | Número: 93

Como citar este documento:

GONÇALVES, Raul Ferreira, Notícias da Actividade Cultural. IV Encontro de numismatas. -Das controversas letras insertas no campo das moedas medievais portuguesas. *Revista de Guimarães*, 93 Jan.-Dez. 1983, p. 212-218.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

...Das controversas letras insertas no campo das Moedas Medievais Portuguesas

Por RAUL FERREIRA GONÇALVES

(Comunicação ao IV Encontro de Numismatas da Sociedade Martins Sarmento — Guimarães — Outubro de 1983)

Era Medieval, Idade Média, longa noite, escuridão quase total, páginas de incerteza, a preencherem um longo período, centenas de anos, na História da Humanidade.

Idade Média, hiato profundo, a maior página, quase em branco da História Universal.

Idade Média, problemas, hesitações, locubrações, lendas, proposições, teses, hipóteses, um sem número de perguntas sem resposta, ou antes, perguntas cuja resposta, se molda conforme a fantasia de cada um ao procurar aprofundar o seu estudo.

Idade Média, dédalo, labirinto, onde muitos pensam ter encontrado o caminho certo, mas onde todos se perdem e nenhum encontra a saída verdadeira.

Idade Média, o tema para este novo encontro de numismatas, a Numismática Medieval, agora a ter lugar nesta vetusta urbe vimaranense, sob o auspicioso beneplácito da benemérita Sociedade Martins Sarmento.

Programamos trazer aqui despretençiosa achega, produto das nossas reflexões, das leituras que de há muito vimos realizando e que nos têm posto em conflito íntimo com muitos autores, todos tão bem intencionados como nós, e, certamente como nós inconformados.

As suas conclusões, sempre sujeitas à crítica, juntamos as nossas, igualmente criticáveis, e, que, para amenização do tema, profundamente didáctico, possivelmente fastidioso para muitos, ousamos apresentar-vos.

As letras inscritas nos campos das moedas portuguesas da 1.^a e 2.^a morabinitos, o CO de certos dinheiros de D. Afonso Henriques, o Q de dinastias, período que é abrangido pela Idade Média, tais como o B dos haste da numaria fernandina e o A dos espadins de D. Afonso V, são

incógnitas, que muito têm dado que pensar aos nossos mais cotados numismatas, profundos cultores e estudiosos da matéria, muito mais profundos do que nós e, naturalmente, dotados de massacinzenta de muito melhor quilate do que aquela com que a mãe natureza nos contemprou.

Mas não melhor intencionados.

A todos aqueles, que antes de nós, se dedicaram ao estudo destes problemas, prestamos aqui as nossas homenagens e dedicamos as linhas que se seguem.

I) — CO DE COIMBRA?

Seguindo a ordem cronológica, faremos incidir as nossas primeiras reflexões, sobre o exemplar n.º 5 da classificação de Ferraro Vaz (n.º 4 de Aragão), relativa ao nosso primeiro rei.

Nele se apresenta a cabeça do rei, *não coroado*, olhando à esquerda. Na legenda ALFONSVS. No campo, por baixo de três pontos, ou pérolas, CO.

São unânimes, os autores, em atribuir a esta abreviatura o significado de Coimbra. Unânimes, não, porque o mestre dos mestres, Teixeira de Aragão, a págs. 143, da 1.ª edição da Descrição Geral diz textualmente: 5 ALFONSVS. Busto de perfil à esquerda; no collo CO(?), seguindo esta última palavra de um ponto de interrogação entre parêntesis.

É este ponto de interrogação que nos leva a ponderar se realmente esta abreviatura querará significar, na verdade, o local onde a moeda foi cunhada.

Não encontramos, ao longo de toda a dinastia afonsina, numismas onde esteja inserida qualquer letra monetária a indicar o local de cunhagem.

Como toda a regra tem excepção, teremos que esta está representada pelo último reinado. Mesmo assim, se exceptuarmos o P de Porto, a assinalar o aparecimento de uma nova casa de moeda no país, as letras monetárias da era fernandina referenciam locais fora do reino de Portugal, apenas ocupados transitoriamente.

O CO de Coimbra e o B de Braga, tão controversos, mesmo não sendo letras monetárias, não afastam de modo algum a tese de haver sido cunhada moeda, naquelas cidades, no reinado de D. Afonso Henriques.

Não podemos, no entanto aceitar que sejam letras monetárias.

A numária dos nossos primeiros reis foi, praticamente, decalcada na do reino de Leão; os estudos comparativos de Ferraro Vaz a isso nos conduzem. As moedas coevas dos restantes reinos cristãos da Península, também não exibem tais letras, excepção feita por um S (de Segóvia?) que não está bem esclarecido.

A numária dos reinos e condados da Península foi a continuadora da numária suevo-visigótica, de cujas numerosas cecas a identificação não

era feita por letras monetárias, mas sim pelos nomes das povoações onde as cecas se encontravam localizadas, v.g. Bracara, Portucale, Gondemar, Elvora, Toletum, Hispalis, Narbona, etc., etc..

Mas, então, se *CO* não é letra monetária, o que deverá ser?

A História diz-nos que Afonso VI de Leão, entregou a dois primos e genros, Raimundo e Henrique, os governos dos condados de Galiza e Portugal; por morte de seu pai o conde D. Henrique, o filho, Afonso Henriques ter-se-á considerado herdeiro do governo do condado e do título de conde.

Só a sua menoridade o impedirá de exercer desde logo esse governo mas não o uso do título. O governo do condado terá ficado nas mãos de D. Teresa, sua mãe, que aliou à governação Fernão Peres de Trava começando desde então a usar o título de rainha.

Travada a batalha de S. Mamede, derrotadas as hostes de sua mãe e do conde de Trava, consumada a expulsão da rainha e do valido, Afonso, senhor do Condado Portucale, proclama a independência deste, mantém o título de conde herdado do pai, e, precariamente, porque estava dependente do beneplácito papal autoproclama-se rei, já que sua mãe se havia autoproclamado rainha.

Na moeda que cunha, Afonso Henriques, insere a abreviatura *CO* de *COMES* (*conde*), ao lado da designação de *REX*, numa atitude política que tinha toda a razão de ser.

Perguntamos pois: *CO*, igual a Coimbra ou a Conde?

Parece-nos a segunda hipótese mais plausível, mais de acordo com a verdade histórica e numismática.

2) — *B* DE MORABITINO IGUAL A BRAGA?

Aragão, na sua obra *mater*, a páginas 27, do volume I, da 1.^a edição, diz: «Tornando-se Portugal independente de facto e de direito, o filho de D. Teresa não demorou a cunhagem de moeda própria, e concedeu à Sé de Braga os proventos do fabrico. N'aquella epocha era o bilhão o metal usado na moeda, e julgavamos que fosse esta a moeda em que aquella Sé usufruira o privilégio à semelhança da de Compostela; mas o exemplar, desenhado na est. II.^a, n.^o I, nos veio confirmar de que o oiro foi também lavrado naquelle reinado, sendo o *B* do *R*/^o indício incontestado de o haver sido em Braga».

«Não encontramos, além do exemplar authentic, outro documento que esclareça tão interessante ponto da nossa numária; mas é o bastante para provar o lavramento de moedas de oiro no tempo de D. Afonso Henriques; e até ao presente não consta, além de uma suposição, que algum outro monarca cristão o fizesse antes.»

Mestre Aragão é peremptório: cunharam-se moedas de oiro, os morabitinos, no reinado de Afonso Henriques; vai mais longe, afirmando

que Portugal foi o primeiro reino cristão a fazê-lo; conclui, porque no reverso se encontra inserido um *B*, que os primeiros morabítnos foram cunhados em Braga.

Outros auteres, dignos de todo o nosso respeito e simpatia, navegaram nas mesmas águas, confirmando o local do nascimento, mas retirando-lhe a veteranía e a paternidade, attribuindo-a não a Afonso Henriques, mas, ao seu gordo neto, Afonso II.

Está na base de tudo isto um facto incontroverso: a concessão, altamente política, feita pelo nosso primeiro rei, ao Metropolitano da Província Eclesiástica de Braga e seus sucessores, de poderem arrecadar os proventos da moeda cunhada pelo seu cabido, na área da sua jurisdição, proventos estes destinados à fábrica da Sé Arquiepiscopal. É controverso que, alguma vez, o prelado ou prelados seus sucessores, tenham usado deste privilégio; aceitemos mesmo que o hajam feito, com pequenos ou grandes lucros; sabemos sim, que Afonso II, depois de longas e laboriosas negociações, acabou por cancelar tal privilégio, em troca de outras vantagens concedidas ao cabido e que este acabou por accitar.

Aragão, não o esqueçamos, escreveu há mais de cem anos, pois a sua Descrição data de 1874; de então para cá muito se tem progredido na investigação histórico-numismática; muitas incorrecções e más interpretações têm sido ressaltadas, mas o *B* de Braga conserva-se intocável só porque à Mitra Bracarense foi concedido o privilégio de poder cunhar moeda.

Mas, perguntamos nós: porque haveria o Cabido de Braga, de inscrever nas moedas que cunhasse, um *B*? A moeda não tinha curso limitado à região bracarense, era de boa lei e podia correr em todo o reino. Se o arcebispo quisesse assinalar as moedas por si cunhadas, não seria mais curial que escolhesse, para isso, um símbolo religioso? Não serão os morabítnos que ostentam, no campo do reverso, o mais representativo dos sinais dos cristãos, a Cruz de Cristo, aqueles que foram cunhados pela Mitra, os autênticos morabítnos de Braga?

Parece-nos muito racional que assim seja.

Posta esta hipótese, perguntamos, então, a nós mesmos: qual o significado deste *B*?

Conta-se, vem nos livros de numismática, que determinado personagem, cujo nome agora nos não ocorre, por tanto ter matutado na origem da palavra morabítno, acabou vítima de uma apoplexia. Não nos aconteceu o mesmo, nas nossas locubrações, sobre este *B* e, também, sobre o facto da dinastia dos morabítnos ter terminado no reinado de Sancho II.

Porquê? Afonso III não terá cunhado ouro?

As minas da Adiga (Almada) valorizadas e protegidas mais tarde por D. Dinis já, certamente, no reinado de Afonso III produziriam ouro bastante para que o Conde de Bolonha, acabado de chegar a Portugal, trazendo no seu bolso, consumada a deposição de Sancho II, um instru-

mento papal que o acreditava como visitador e procurador do Reino, sentisse a tentação de utilizar esse ouro para com ele cunhar moeda com o seu nome.

Pedro Batalha Reis, inscreve no reinado do bolonhês dois tipos de morabinitos que Aragão e Ferraro Vaz atribuem, cremos que com boa verdade, a seu pai Afonso II.

Nenhum deles apresenta o controverso *B*.

Alinhamos ao lado de Batalha Reis na convicção de que Afonso III terá cunhado moribitinos e será dele o chamado morabitino de Braga aquele que apresenta no reverso um *B*, o que não quer dizer que Braga seja a sua terra natal.

Fazemos da sua legenda a seguinte leitura: MONETA, DOMINI. I. AFNSI. o que quererá dizer MOEDA DO SENHOR INFANTE (I) AFONSO. A letra *B*, no reverso da moeda, não seria uma letra monetária, identificadora do local onde fora cunhada (Braga), mas sim sigla familiar como era, ao tempo, muito usado pelos senhores feudais da Europa, que se davam ao luxo de cunhar moeda.

Afonso III, regressado de França, o centro do feudalismo europeu, foi sempre muito cioso do seu título de COMES BOLONIAE que só abandonou a partir de 1 de Março de 1268, depois da consolidação da conquista do Algarve, passando, então, a intitular-se REX PORTUGALIAE ET ALGARBII.

Reforça a tese de Afonso III ter cunhado morabinitos o que a seguir registamos.

Nas cortes de Leiria, onde o rei foi muito hostilizado pelo clero e pela nobreza e apoiado pelo povo nas pessoas dos representantes dos municípios, depois do monarca se comprometer a não voltar a quebrar moeda, é-lhe deixado o poder de cunhar ouro segundo a sua vontade, como se infere da cláusula que diz: «*Retineo tamen mihi et successoribus meis quod possimus facere morabinitos de auro quando voluerimus*», o que traduziremos por: reservo também para mim e meus sucessores que possamos fabricar morabinitos de ouro quando quisermos.

Se se reservava o direito de os fazer era, certamente, porque já os havia feito e, estes seriam, queremos crer, aqueles com *B*, de Bolonhês a que nos vimos referindo.

3) — Q DE CÓRIA?

Confessamo-nos profundamente perplexos face a este problema; alguém terá querido atribuir a este *Q* o valor de letra monetária de uma povoação leonesa que no século catorze se grafava Quoria e se escreve Coria nos nossos dias.

Fantasia! Fantasiando também, atravemos-íamos a escrever uma pequena história a este respeito.

Quando os exércitos do Inconstate invadiram o reino vizinho arrastaram consigo toda uma máquina administrativa, destinada a impôr novas leis ao país, às povoações, submetidas; terão levado consigo, já devidamente temperados e, quiçá lavrados, diversos cunhos ainda sem letra monetária. Um simples gravador bastaria, nas povoações de certa importância, que iriam sendo ocupadas, para inscrever nos cunhos, as legendas e letras monetárias. Terminada a sua tarefa, incorporar-se-ia no exército, levando os seus préstimos a nova praça conquistada.

Fantasiemos a nossa presença em Çamora. Os cunhos estão prontos. Inicia-se a cunhagem. Um disco é ajustado sobre o cepo, uma martelada vigorosa no cunho e pode já ser observada a primeira moeda pronta a entrar em circulação. Observada, verifica-se então, que lhe falta a letra monetária. Estupefacção! El-Rei, o que mais recomendara fora que não se olvidassem os locais de cunhagem, as letras monetárias, e o gravador já ia longe, ignorando-se até o local da sua presença. Solução: um aprendiz de gravador, ou até um amador, possivelmente analfabeto vai remediar o caso lançando mãos à obra: em lugar do *C* cedilhado e um *A* um *Q* de haste e um *O*.

A roseta muriforme, no lado direito do campo, não se pode atribuir qualquer significado numismático: apenas a realidade de uma fantasia ou a fantasia de uma realidade.

Em tudo isto, a realidade de um quebra-cabeças, para os numismatas deste final do século xx.

4) — O A DOS ESPADAINS DE D. AFONSO V?

Afonso V herdou o trono, por morte de D. Duarte, apenas com 6 anos de idade. O Reino foi governado em co-regência por sua mãe D. Leonor de Aragão e por seu tio o Infante D. Pedro, e, mais tarde apenas por este Infante.

Foi sempre um príncipe voluntarioso, sonhando feitos de armas que o recobrissem de glória. A expansão do território nacional pelo Norte de África, empresa idealizada por seus tios D. Henrique e D. Fernando, mas contrariada por El-Rei seu pai, retomou-a Afonso V em suas mãos, quando viu gorada a Cruzada à Terra Santa, para a qual tinha preparado um poderoso exército que se aprestava a nela participar. Lutar contra os infiéis, na Terra Santa ou no Norte de África, sempre a luta contra os inimigos da Cruz, era seu pensamento constante. Não iria à Terra Santa, mas, combatê-los-ia no continente africano.

Iniciadas as hosilidades com moderado êxito, pois, embora Alcácer Seguer tenha caído nas mãos dos lusitanos às primeiras investidas, Arzila resistiria com denodo, e, só depois da perda de numerosas vidas, o renome do rei de Portugal se imporia à moirama. Arzila sucumbiria no decurso

de uma segunda expedição e na sua queda, arrastaria Tânger, que capitulava sem combate.

Valorizada a coroa de Portugal com tão preciosas jóias, Afonso V conquistará para si o título que mais ambicionava e de que mais se orgulharia: o AFRICANO.

Afonso I, seria Rei de Portugal: Afonso III, Rei de Portugal e dos Algarves; Afonso V, Rei de Portugal e dos Algarves; d'Aquém e d'Além Mar em África!

Orgulhava-se tanto deste seu título de «AFRICANO» que temos para nós que aquele controverso A, dos seus Espadins e Meios Espadins, mais não é do que uma sigla pessoal, o simbolismo desse mesmo título.

5) — AS MOEDAS DE TORO

Quando Portugal, digamos Afonso V, se envolveu em guerra com reis católicos, em defesa dos direitos de Joana a «Beltraneja», lê-se na História de Portugal de Francisco Duarte de Almeida Araújo, a páginas 661, que «ordenou El-Rei (referindo-se a seu neto o príncipe D. Afonso) que sucedesse, por morte de seu pai, ao reino de Portugal, ainda quando seu avô tivesse filhos da princesa D. Joana, e determinou *que sempre Portugal fosse reino separado de Castela*». O pormenor desta atitude, vem justificar a razão por que as moedas de Toro, nas suas legendas, não exibem o nome de Portugal mas tão somente os de Castela e Leão. Afonso V desejava cingir a coroa castelhana, independentemente da coroa portuguesa, que entregou, ainda em vida, a seu filho D. João II.

Incluídas na numária portuguesa, sentimos, que estão aí apresentadas, não como autênticas moedas lusitanas, mas como intrusas, tristes intrusas, pois foram cunhadas pelo Africano para dar realidade ao seu efêmero sonho de rei de Leão e Castela, embora também mostrassem ao Mundo que sempre houve Magriços em Portugal.

*

Idade Média, trevas, escuridão, umbráticas omissões históricas, neo-hieroglifos, a aguardar que surja um novo Champolion para os decifrar, para sobre ela derramar a luz da verdade histórica.